



LITERATURA E SUBJETIVIDADE: REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM E O EXERCÍCIO DA LIBERDADE

Leonardo Pinto de Almeida¹

RESUMO: A leitura literária é um espaço que possibilita o exercício da liberdade, pois, diferentemente de outras manifestações da linguagem, ela coloca em questão justamente nossos padrões sociais e lingüísticos, elaborando vias para sairmos do estado de menoridade, pois ela denuncia as amarrações dos hábitos estereotipados e das convicções que nos constituem, comportando o intempestivo em seu seio. Concluímos, neste artigo que a leitura literária seria um acontecimento que transforma nossa rede afetiva e cognitiva.

PALAVRAS-CHAVE: poder, resistência, experiência literária, subjetividade

Em *loucura e sociedade*, Foucault (1970/1999) salienta o forte poder normatizador da sociedade capitalista. Ele sublinha que a literatura, na entrada do século XX, sofreu de uma perda do seu potencial transgressivo intrínseco, devido ao poder de absorção do capitalismo. Este fenômeno foi chamado por nós de *pasteurização da transgressão* (Almeida, 2007).

Observemos como o aspecto institucional da cultura, certa espécie de crítica literária e o mercado se aliam para promover a absorção das obras, despotencializando seu caráter transgressivo e tornando-a mais palatável às normas da sociedade. Este poder normatizador da cultura e de uma certa crítica especializada tiram da experiência literária o que ela tem de intempestivo, inserindo-a no tempo da história² e no formato de produto³.

Esta absorção da literatura pelo poder, seja ela representada pela mídia, pela cultura de massa em geral, pelo mercado, ou pela crítica especializada, tenta fazer da literatura algo que ela não é: uma informação, uma linguagem a serviço do poder.

Para Blanchot (1959), ela seria justamente o contrário: uma *linguagem sem poder*. Ela, segundo o autor, não seria “a palavra útil, instrumento e meio, linguagem de

¹ Psicólogo, Doutor em Psicologia (PUC-Rio) com estágio de doutoramento sanduíche no Centre de Recherche sur la Lecture Littéraire, na Universidade de Reims Champagne-Ardenne, na França, Instituição PUC-Rio, Pós-doutorando PUC-Rio (bolsa PDJ/CNPq), Departamento de Psicologia, endereço: Rua Oswaldo Cruz, 28/701 – Icarai – Niterói – RJ – Cep 24230210, email: leonardo.p.almeida@gmail.com.

² Interpretações críticas que amarram escritos literários pela história do autor, do gênero, da intenção ou do estilo.

³ A constituição da obra como produto vinculado a moedas culturais de troca que inserem o livro literário no conjunto nobre dos tesouros culturais, atrelando-o às mitologizações da obra e da autoria.

ação, do trabalho, da lógica e do saber” (Blanchot, 1959: 276), ou para afirmarmos com Deleuze, Foucault, Guattari e Nietzsche, ela seria uma forma de resistência ao poder. No entanto, como vimos, a resistência não é dada com o surgimento da literatura, pois forças múltiplas de coação e de criação a atravessam, inexoravelmente, e também a toda sociedade.

Em minha tese de doutorado, compreendemos a literatura como uma forma de resistência aos destinos enregelados da linguagem, representados pelo estereótipo, a língua maior, a naturalização da linguagem, a utilidade e a funcionalidade que tanto caracteriza a linguagem do poder.

Esta forma de resistência aos interstícios das regras e das fórmulas languageiras indica que a literatura seria uma escrita que não serve à dinastia da representação e da utilidade, já que ela seria um ato que tem seu fim no próprio escrever.

Esta caracterização nos ajudará a compreender como a leitura, seguindo o potencial criativo da literatura, pode possibilitar um encontro que cause a mudança do estado de coisas, sendo assim uma atividade política de resistência e um acontecimento que produz singularidades, ao colocar em xeque as convicções e os hábitos, não só languageiros, mas relacionados aos modos de existir. Na leitura literária, algo de desmedido nos aparece, proporcionando uma experiência que torna possível a saída dos impasses repetitivos que atravessam o sujeito contemporâneo hodiernamente.

Podemos observar na experiência literária uma crítica ao uso majoritário da língua. Deleuze (1987/2003), em *O que é o ato de criação?*, afirma que a informação se caracteriza por ser uma tarefa que faz circular as palavras de ordem em nossa sociedade. Ela estaria do lado da comunicação e da ordem. Já a arte seria uma contra-informação pois ela se caracterizaria por ser um ato de resistência à ordem.

Sobre a relação entre o controle e a comunicação, em *Controle e devir*, Deleuze (1992b) afirma:

“talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser vacúolos de não comunicação, interruptores, para escapar do controle.” (Deleuze, 1992b, 216)

Escapar ao controle: tarefa difícil em uma sociedade atravessada por cronificações interpretativas da vida e do mundo que são vivenciadas como a própria natureza do estado das coisas. Neste ponto da discussão, lembremos Kant e a questão da *Aufklärung*: sair da menoridade, que seria a subjugação e a valorização da autoridade em detrimento das forças criativas, é uma tarefa que requer ousadia e coragem e, talvez muito mais do que isso, pois somos assolados por vetores de coação por todos os lados. Neste trecho da entrevista de Deleuze concedida a Toni Negri, vemos como criar é colocar em questão as naturezas que nos aprisionam. Na sociedade de controle, o dinheiro faz da comunicação um mecanismo de poder, pois ela é o veículo das palavras de ordem. Comunicação, informação e dinheiro regem a dinâmica hegemônica do mundo capitalista.

Ao analisar o problema relativo às palavras de ordem, Deleuze e Guattari (1995) mostram como a dinâmica do uso social da linguagem estaria ligada diretamente ao uso destas palavras.

“As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma ‘obrigação social’. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem.” (Deleuze & Guattari, 1995, 15)

A linguagem é o conjunto das palavras de ordem, apontando uma rigidez de seu uso. Neste texto, vemos o problema dos usos majoritários e minoritários da língua se delinear. O uso majoritário, o qual estaria associado diretamente com estas palavras de ordem, com a rigidez da linguagem cotidiana, com o estereótipo, implica na dominação, no poder e no metro-padrão da linguagem. Já o uso minoritário implica um modo de resistência à padronização e à rigidez da linguagem.

É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo. (Deleuze & Guattari, 1995, 52)

O modo de tratamento majoritário da linguagem estaria do lado do padrão, da homogeneidade, da ordem, da constância, do poder; enquanto o outro, o minoritário, seria uma via criativa que se posiciona frente ao outro uso da linguagem como uma resistência aos mecanismos de captura e controle.

Em *A literatura e a vida*, texto contido em *Crítica e Clínica*, Deleuze (1997) aproxima o delírio observado no ato da escrita literária e o *minorar a língua*. Escrever literatura seria enlouquecer a tal ponto a linguagem fazendo com que ela subverta os códigos majoritários de seu uso. Por isso, ele diz com Proust que fazer literatura é escrever em uma língua estrangeira.

Minorar a língua então, seria produzir uma forma de crítica à língua materna, maior e dominante, cavando vias de escoamento com o intuito de transgredir aos limites impostos pela linguagem. Ao analisar este problema, Deleuze afirma que “uma literatura de minoria não se define por uma língua local que lhe seria própria, mas por um tratamento a que ela submete à língua maior.” (Deleuze, 1997, 66) Ou seja, o que caracterizaria a literatura e sua forma de minorar a língua seria o modo de como trata a língua dominante.

A literatura então seria uma forma de resistência às palavras de ordem que circulam no nosso cotidiano. Ela tende a subverter a língua maior, e acrescentaríamos a subverter a fala hegemônica.

Esta fala hegemônica é representada, como vimos, pelas palavras de ordem, pelas convicções, pelos hábitos estereotipados, designando condutas, modos de pensamento impostos, que visam impedir uma troca intensa que fuja dos desígnios do poder, tão cara à experiência literária.

Ainda, em *20 de Novembro de 1923 – Postulados da Lingüística*, Deleuze e Guattari (1995) afirmam que estas palavras de ordem circulam na mídia por redundância.

“Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem... (...)” (Deleuze & Guattari, 1995, 16-17)

Estas transmissões de palavras de ordem se dão por redundância, devido ao fato de estarem a serviço do poder, impondo o que deve ser pensado ou não, repetidamente e incansavelmente. A informação tem este caráter repetitivo e estereotipado que aponta não só para uma rigidez languageira, como para a produção de convicções e de hábitos estereotipados no sujeito contemporâneo.

Neste ponto da discussão, entremos no problema da leitura e sua relação com a ressonância e as palavras de ordem. Como afirmamos na introdução do presente projeto de pesquisa, a experiência de ler literatura é um espaço privilegiado para pensarmos a produção de singularidades, já que ela não implica nem respostas, nem verdades, nem mesmo a literatura interpela o leitor como cidadão que deve ter uma opinião sobre determinado assunto. Ela é um campo de relativismo em que deixa acontecer o próprio sentido em seu seio.

Sobre este assunto, Kundera reflete em seus ensaios acerca do romance. Em *Les Testaments trahis*, ele contrapõe a literatura ao dogmatismo e à vontade de verdade e de sistematização, já que o romance é “território onde o julgamento moral é suspenso”. (Kundera, 1993, 16) Isto ocorre devido ao fato de que a literatura convida o leitor a uma experiência de alteridade, pois ela apresenta verdades por vários pontos-de-vista representados pelos personagens. Ela convida o leitor a experimentar opiniões, convicções e hábitos diferentes das suas.

A literatura convida à alteridade, à compreensão da infinidade de idéias e de reações que os seres humanos podem ter ao se relacionarem com um determinado problema existencial. É como se o leitor fosse convocado a se tornar um outro em seu encontro com o texto. Ele é convidado a continuar o pensamento através da ressonância leitora.

A literatura, de fato, sustenta uma posição adversa à vontade de verdade e de controle. As verdades, os juízos e as convicções não são instrumentos dogmáticos utilizados pela reflexão literária em sua pesquisa sobre a existência. Ela os usa somente para colocá-las em questão e convidar o leitor a continuar o pensamento. Ela visa contaminar o leitor com a interrogação, diferente dos textos informacionais e teóricos que objetivam a resposta e não o questionamento. O que não quer dizer que não possa haver criação nestes outros tipos de leitura.

Podemos observar então, com Piegay-Gros (2002), que a experiência da leitura literária é uma *experiência intensa*. Diferente de outras formas de manifestações da linguagem, na experiência literária não existe a dissociação entre o sentido e o sentimento, como ocorre com a informação. Quando lemos *Aparição* de Maupassant (1883/2000) e sentimos calafrios ao percebermos a presença da mulher sobre a cama, a emoção aponta para o próprio sentido do texto.

Neste caso, vemos que a experiência de ler literatura abre um espaço de ressonância, que seria o próprio da ação do ler, ou seja, ao ler literatura, o leitor é

atravessado por componentes subjetivos e textuais que ressoam em um campo de batalha na produção do entendimento e do acolhimento da obra. Daí, a possibilidade de mudanças subjetivas e seu caráter político.

No entanto, podemos ver como a leitura literária abre uma dimensão de análise para unirmos o pensamento foucaultiano dos anos 60 e 70 em que ele analisa os problemas da linguagem e da literatura e a fase em que ele pensa o cuidado de si e o biopoder. A literatura é uma forma de resistência aos códigos lingüísticos e à Tradição, e através da leitura, ela possibilita um questionamento das ramificações do poder que nos atravessam. Entretanto, como a sociedade, a literatura sofre restrições e controles que apontam para formas de subjetivação. Então, com a leitura literária podemos observar formas de subjetivação, de normatização, e de controle, através das ramificações de poder, representadas pela cultura de massa, pela crítica e pelo mercado, e também formas de singularização que indicam uma política de questionamento dos microfascismos que nos constituem, possibilitando o surgimento de novas formas de existir.

Com Foucault (1969/2001), podemos ver que a literatura, entendida por ele, como uma escrita transgressiva, foi capturada por mecanismos de poder complexificados pela demanda das sociedades disciplinares e de normalização. O autor transgressivo era encarcerado, pois a escrita passou a ser um ato transgressivo como outro qualquer na entrada da modernidade: modo disciplinar de coagir a criação. No entanto, com o passar dos séculos, a autoria foi cada vez mais se atrelando aos mecanismos de controle da interpretação. Assim sendo, os mecanismos de poder se complexificaram nas sociedades de controle e ganharam o campo midiático. A cultura de massa tende a absorver a experiência literária, modelizando a relação dos leitores com a obra literária. Nisto podemos ver como existe uma modelização e uma serialização dos desejos, do consumo, através de uma biopolítica da leitura.

Quando Foucault (1999) analisa o biopoder e sua relação com o racismo, uma coisa nos chama atenção: o ato de queimar livros na modernidade e, principalmente, no século XX.

As sociedades usavam sempre seus mecanismos de poder para se organizar e ordenar as pessoas em seu espaço, como vimos com Foucault e Deleuze em suas análises sobre as sociedades de soberania, disciplinar, de normalização e de controle. Chartier afirma que “o livro sempre visou instaurar uma ordem”. (Chartier, 1994/1999, 8). Logo, como as sociedades, o universo dos livros também sempre buscou uma ordem.

Através da história da leitura no mundo ocidental, vemos que sempre houve modos de ordenação, sejam elas pelos florilégios medievais, pela remissão à *auctoritates*, pelo comentário humanista ou pelo acompanhamento eclesiástico das leituras da *Sacra Scriptura* em voz alta⁴. Uma política de subjulgação e de imposição da interpretação se instaurou na ordem dos livros, tanto a partir de escolas interpretativas, quanto pela queima de livros.

No entanto, a literatura, caracterizada por ser uma escrita moderna, também sofreu destas imposições interpretativas feitas pela crítica jornalística, pela crítica especializada, pelo mercado e pela cultura de massa em geral, e pelas políticas de regulamentação que impunham queimas de livros e censuras, ou dito em poucas palavras, o silêncio.

Em *história universal da destruição dos livros*, Báez (2006) mostra, como no século XX, a literatura e os livros em geral sofreram de destruições e de censuras fundamentadas naquilo que Foucault chamou de racismo e sua relação com o biopoder. Foucault afirma que “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.” (Foucault, 1999, 306) O biblioclastro nazista, as censuras aos livros comunistas nos Estados Unidos, o caso Salman Rushdie, o confisco e a queima de livros nos países Bálticos, na revolução cultural da China, e na ditadura da Argentina, são apenas alguns exemplos de destruição de livros fundamentada na política de extermínio de grupos que colocavam questão para a sociedade e o regime. O racismo moderno se baseia no apagamento da diferença e a queima de livros representa na modernidade esta falta de tolerância com o grupo que distoa da homogeneidade social.

Não é à toa que vemos regimes autoritário darem tanta importância aos livros como inimigos da ordem, pois a experiência de ler possibilita a transformação de nossas vidas, pensamentos e convicções. O livro literário com sua maleabilidade reflexiva pode causar um afrouxamento da rigidez estereotipada do pensamento, proporcionando novos modos de pensar e de existir, subvertendo o estado de coisas e provocando deste modo micro revoluções que podem se alastrar para toda a sociedade..

Quando a literatura é tomada pela conversão informacional, as formas de apreensão do texto literário impõem uma regulamentação da interpretação, incidindo sobre os desejos e construindo formas de subjetivação estereotipadas; associadas à hegemonia. Versando sobre isso, em *Os intecessores*, Deleuze (1992a) mostra como os

⁴ Cf. Cavallo, G. & Chartier, R. (Orgs.). (1998).

jornalistas aprisionaram a literatura em formas diferentes de sua natureza, tendo como consequência uma crise da literatura.

“Esquece-se que a literatura implica para todo mundo uma busca e um esforço especiais, uma intenção criadora específica, que só pode ser feita na própria literatura, sendo que ela não está de modo algum encarregada de receber os resíduos diretos de atividades e de intenções muito diferentes. É uma “secundarização” do livro que toma o aspecto de uma promoção pelo mercado. “(Deleuze, 1992a, 163)

Assim sendo, a experiência literária é um ato de resistência à homogeneidade, à hegemonia, aos padrões lingüísticos e comportamentais. Pensando nisso, Deleuze (1992b), em *Controle e devir*, afirma: “a arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha” (Deleuze, 1992b, 215) Esta resistência da literatura seria uma das manifestações das formas de singularização, já que favorece a mudança do estado de coisas. Ela se mostra uma atividade política, ética e estética, por ser um ato que torna possível a saída do estado de menoridade.

Deste modo, vemos como podemos resistir às ramificações do poder por outros meios. O leitor ao mergulhar na leitura literária é convidado a questionar os próprios hábitos e convicções.

A questão da liberdade na leitura literária se assemelha à vida; ela remete à seguinte afirmação: a liberdade é situada, conquistada, ela é fruto de uma ação. Ao contrário do que costumamos pensar, a liberdade não precede às suas manifestações. Ela passa a existir no próprio ato. Todavia, o exercício da liberdade é algo raro, pois nós, homens, somos guiados na maior parte de nossas vidas por automatismos que chamamos comumente de hábitos. A liberdade se manifesta quando quebramos, mesmo que por um momento ínfimo, nossos padrões comportamentais e mentais.

A leitura literária é um espaço que possibilita o exercício da liberdade, pois, diferentemente de outras manifestações da linguagem, ela coloca em questão justamente nossos padrões sociais e lingüísticos, elaborando vias para sairmos do estado de menoridade, pois ela denuncia as amarrações dos hábitos estereotipados e das convicções que nos constituem, comportando o intempestivo em seu seio. A leitura literária seria, deste modo, um acontecimento que transforma nossa rede afetiva e cognitiva.

Como vimos ao longo do presente projeto de pesquisa, nossa hipótese é de que a leitura literária vai ser uma dimensão da literatura privilegiada para observarmos a dinâmica da subjetivação e da produção de singularidades na sociedade contemporânea, pois a literatura é atravessada por formas de resistência à língua maior e por forças de criação de novos modos de existir que resistem aos comportamentos estereotipados pela dinâmica hegemônica e pelas forças de regulamentação, de disciplina e de controle que impõem a melhor leitura e o que devemos ou não pensar.

Referências Bibliográficas

Almeida, L. P. (2007). *Escrita e Leitura: a produção de subjetividade na experiência literária*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Baéz, F. (2006). *História universal da destruição dos livros, das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução de Léo Schlafman..RJ: Ediouro.

Blanchot, M. (1959). *Le livre à venir*. France: Gallimard.

Cavallo, G. & Chartier, R. (Orgs.). (1998). *História da leitura no mundo ocidental (vol. 1)*. SP: Ática.

Chartier, R. (1999). *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de M. D. Priori. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. (Trabalho originalmente publicado em 1994)

Deleuze, G. (1992a). Os intercessores. Tradução de Pal Pélbart. In: *Conversações (1972-1990)*. RJ: Ed. 34, p. 151-168.

_____ (1992b). Controle e devir. Tradução de Pal Pélbart. In: *Conversações (1972-1990)*. RJ: Ed. 34, p. 209-218.

_____ (1997). *Crítica e Clínica*. RJ: Ed. 34.

_____ (2003). Qu'est-ce que l'acte de création ? In: *Deux régimes de fous: Textes et entretiens, 1975-1995*. France: Les Éditions de Minuit, p. 291-302. (Trabalho originalmente publicado em 1987)

_____ (1995). 20 de Novembro de 1923 – Postulados da Lingüística. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. In: *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia, vol. 2*. RJ: Ed. 34, p. 11-59.

Foucault, M. (1999). A Loucura e a Sociedade. Tradução de Vera Lúcia A. Ribeiro. Em: *Ditos e Escritos I. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. RJ: Forense Universitária, p. 235-242. (Trabalho originalmente publicado em 1970)

_____ (1999). *Em defesa da sociedade*, curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. SP: Martins Fontes.

_____ (2001). O Que é um Autor? Tradução de I. A. D. Barbosa. In: *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. RJ: Forense Universitária, p. 264-298. (Trabalho originalmente publicado em 1969)

Kundera, M. (1993). *Les Testaments trahis*. France: Gallimard.

Maupassant, G. (2000). Apparition. In: *Le Horla et autres récits fantastiques*. France: Librairie Générale Française, p. 89-97. (Trabalho originalmente publicado em 1883)

PIEGAY-GROS, N. (2002). *Le lecteur, textes choisis & présentés par Nathalie Piegay-Gros*. France: GF Flammarion.